



Adaptação de Crianças Bem Pequenas na Educação Infantil: Acolhimento como Abordagem Fundamental

Adaptation of Very Young Children in Early Childhood Education: Welcoming as a Fundamental Approach

Alexandra de Marchi Weisheimer

CME Futuro Brilhante. <http://lattes.cnpq.br/5699757052000276>

Deise Aparecida de Barros Souza

CME Jesu Pimenta de Sousa. <http://lattes.cnpq.br/1867122834854155>

Simone dos Santos Arantes

CME Jesu Pimenta de Sousa. <http://lattes.cnpq.br/9423605251141597>

Thais Cristina Darini da Silva

CME Jesu Pimenta de Sousa. <http://lattes.cnpq.br/1368521722293825>

Resumo: O trabalho visa mostrar como ocorre a adaptação com crianças bem pequenas, na Educação Infantil: Acolhimento como abordagem fundamental. No início do ano letivo, bem como propor algumas reflexões acerca de práticas pedagógicas utilizadas durante esse período de adaptação. Tendo em vista que a adaptação é um período em que as crianças bem pequenas chegam à escola com bastante desconforto, inseguras, inquietação, mudanças de sentimentos e emoções, ou seja, se deparam com novas vivências, novos experimentos e com novas pessoas. Com isso, novas realidades são ajustadas à sua rotina de vida. Isso exige uma nova visão, cautelosa, de todos os envolvidos no desenvolvimento dos nossos pequenos nas instituições de ensino da Educação Infantil. Desta maneira, este trabalho teve como objetivo observar e entender como é o processo de adaptação das crianças bem pequenas na Educação Infantil e o comportamento da família diante do novo, considerando o olhar dos profissionais que atuam nessas turmas. Desta maneira, o estudo foi realizado no Centro Municipal de Ensino Jesu Pimenta de Sousa, em Tangará da Serra, MT. Com turmas dos Maternais II, idades das crianças, entre 1, 2 e 2 anos de idade. Pensou-se nessa temática devido aos grandes desafios enfrentados entre a professora e os auxiliares, bem como entre as crianças, nos primeiros dias de aula, com choros, birras e outros. O trabalho se divide em várias etapas, desde a escolha do tema, pesquisas bibliográficas e desenvolvimento do trabalho.

Palavras-chave: educação infantil; crianças; adaptação; acolhimento; profissionais.

Abstract: The work aims to show how adaptation occurs with very young children in Early Childhood Education: Welcoming as a fundamental approach at the beginning of the school year, as well as to propose some reflections on pedagogical practices used during this adaptation period. Considering that adaptation is a period in which very young children arrive at school with considerable discomfort, insecurity, restlessness, changes in feelings and emotions; in other words, they are faced with new experiences, new experiments, and new people. As a result, new realities are adjusted in their daily routines. This requires a new, cautious perspective from everyone involved in the development of our little ones in Early Childhood Education institutions. In this way, this work aimed to observe and understand the adaptation process of very young children in Early Childhood Education, and the behavior of families in the face of something new, considering the perspective of professionals who work in these classes. Thus, the study was carried out at the Municipal Education Center Jesu

Pimenta de Sousa, in Tangará da Serra, MT, with Maternal II classes, whose children were between 1 and 2 years old. This theme was chosen due to the major challenges faced by teachers and assistants, as well as by the children themselves, during the first days of school, with crying, tantrums, and other behaviors. The work is divided into several stages, from choosing the topic, conducting bibliographical research, and developing the study.

Keywords: early childhood education; children; adaptation; welcoming; professionals.

INTRODUÇÃO

As crianças, hoje em dia, estão sendo inseridas no meio escolar cada vez mais cedo, mesmo antes de completarem 1 ano de idade. Isso se justifica pela necessidade dos pais e/ou responsáveis saírem para trabalhar e garantir o sustento da família. Isto se dá em instituições de ensino, como nas creches, tanto públicas quanto privadas, conforme enfatiza a LDB, Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Lei nº 9.394/1996: Art. 30. A educação infantil será oferecida em: I – creches ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade; II – pré-escolas, para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade (Brasil, 2023, p. 24).

No entanto, mesmo não sendo obrigatória a matrícula por parte dos responsáveis, para crianças bem pequenas, já que a LDB, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, assegura sua obrigatoriedade a partir dos 4 anos de idade. Art. 6º É dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula das crianças na educação básica a partir dos 4 (quatro) anos de idade. (Brasil, 2023, p. 11). Contudo, é dever do Estado e do Município ofertar o ensino desde os primeiros anos de vida da criança. II – Educação Infantil gratuita às crianças de até 5 (cinco) anos de idade (Brasil, 2023, p. 9). Para tanto, as legislações garantem e instituem formas para garantir esse direito a toda criança. Como ressalta a LDB, Lei de Diretrizes Básicas da Educação, em seu artigo 4º, fala sobre: Art. 4º O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de: II – educação infantil gratuita às crianças de até 5 (cinco) anos de idade (Brasil, 2023, p. 11).

O ECA, Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, garante que são áreas prioritárias para as políticas públicas e que a criança tenha o direito garantido à saúde, à alimentação e à nutrição, à educação durante seus primeiros anos de vida, bem como seja dada a ela toda assistência para o seu bem maior. Art. 5º Constituem áreas prioritárias para as políticas públicas para a primeira infância a saúde, a alimentação e a nutrição, a educação infantil, a convivência familiar e comunitária, a assistência social à família da criança, a cultura, o brincar e o lazer, o espaço e o meio ambiente, bem como a proteção contra toda forma de violência e de pressão consumista, a prevenção de acidentes e a adoção de medidas que evitem a exposição precoce à comunicação mercadológica (Brasil, 2021, p.184).

Partindo da afirmação de que a educação envolve os processos de formação da criança conforme destaca o primeiro artigo da LDB, Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se

desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais (Brasil, 1996).

Tendo como propósito que: Art. 29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físicos, psicológicos, intelectuais e sociais, complementando a ação da família e da comunidade (Brasil, 2023, p.24).

Contudo, o início do ano letivo nos centros municipais de ensino da Educação Infantil, para crianças bem pequenas, é marcado por muitos desafios, tanto para a família e toda a equipe escolar como para os pequenos. O período de adaptação, é um processo no qual os alunos experimentam de novas vivências e sensações a qual não estão acostumadas, tais como; a separação, naquele momento da família, o que ocasiona, medo, ficar com pessoas estranhas que nunca viram, ou conviveram, muitos choros constantes, desconforto e insegurança, pelo ambiente novo, ansiedade entre outros, sendo estas desafiadoras para elas, e também para professores e auxiliares, bem como todos os profissionais dos centros de ensino que atendem a educação infantil.

É provável que as crianças manifestem diversas reações, tanto positivas quanto negativas, ao serem inseridas em um novo ambiente. São emoções que emergem, e cada criança lida de forma distinta com seus sentimentos; algumas se adaptam com facilidade, enquanto outras podem achar a entrada na creche angustiante e estressante em decorrência dessas mudanças. Esses momentos de novidade frequentemente despertam também sensações de ausência, de separação e de estranhamento, pouco habituais em seu cotidiano anterior.

Analisando as particularidades dos distintos grupos de idade presentes na Educação Infantil, que são organizados em três categorias etárias do berçário às pré-escolas, o processo de adaptação das crianças nessas instituições representará um desafio repleto de expectativas para educadores e demais funcionários, assim como para os familiares. Contudo, é essencial enfatizar que, para as próprias crianças, este momento marca a entrada em um ambiente até então inexplorado, o que provocará alterações em suas rotinas e reações que podem se manifestar de maneiras diversas.

Nesse contexto, objetivou-se o estudo de campo, com observação nas seguintes questões: Como ocorre o momento da chegada das crianças muito pequenas na instituição de ensino da Educação Infantil? De que maneira se dá esse processo? Quais sentimentos e manifestações são expressos pelas crianças, suas famílias, professoras e auxiliares? Como objetivo geral, propôs-se compreender a adaptação com crianças bem pequenas, na Educação Infantil: Acolhimento como abordagem fundamental e de que forma se operacionaliza, na prática, o período de adaptação nessas turmas.

Quanto aos objetivos específicos incluíram: realizar uma revisão da bibliográfica com pesquisadores que estudaram sobre a adaptação na Educação infantil; enfatizar os aspectos legais pertinentes à Educação Infantil; embasar

teoricamente o processo de adaptação de crianças bem pequenas e o papel dos educadores nesse cenário; examinar a visão dos profissionais a respeito da adaptação e das manifestações das crianças em sala de aula, bem como propor sugestões de práticas pedagógicas como ferramentas que poderão auxiliar e contribuir para o período de adaptação das crianças.

REFERENCIAL TEÓRICO

A Educação Infantil

Nos últimos 20 anos, a educação infantil no Brasil fez muitos progressos. A primeira etapa da educação básica, que é obrigatória, foi estabelecida pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, precedendo o ensino fundamental e o ensino médio. Essa expansão do direito à educação para todas as crianças pequenas desde o nascimento é um avanço significativo para a criança brasileira.

Conforme a BNCC, 2017: A partir da Constituição Federal de 1988, o Estado passa a ter a obrigação de oferecer atendimento em creches e pré-escolas para crianças de zero a seis anos. Com a promulgação da LDB em 1996, a Educação Infantil se torna um componente essencial da Educação Básica, ocupando o mesmo nível que o Ensino Fundamental e o Ensino Médio. Com a alteração feita na LDB em 2006, que antecipou o ingresso no Ensino Fundamental para os 6 anos, a Educação Infantil passa a atender crianças de zero a 5 anos.

Com a Constituição Federal de 1988, o atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a 6 anos de idade torna-se dever do Estado. Posteriormente, com a promulgação da LDB, em 1996, a Educação Infantil passa a ser parte integrante da Educação Básica, situando-se no mesmo patamar que o Ensino Fundamental e o Ensino Médio. E a partir da modificação introduzida na LDB em 2006, que antecipou o acesso ao Ensino Fundamental para os 6 anos de idade, a Educação Infantil passa a atender à faixa etária de zero a 5 anos (Brasil, 2017, p.37).

A Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 a definiram como primeira etapa da educação básica, antecedendo o ensino fundamental, de caráter obrigatório, e o ensino médio. Essa ampliação do direito à educação a todas as crianças pequenas, desde seu nascimento, representa uma conquista importante para a sociedade brasileira (Brasil, 2009, p. 11).

Quanto a concepção de Educação Infantil, As Diretrizes Curriculares Nacionais, afirmam que a Educação infantil é a Primeira etapa da educação básica, oferecida em creches e pré-escolas, às quais se caracterizam como espaços institucionais não domésticos que constituem estabelecimentos educacionais públicos ou privados que educam e cuidam de crianças de 0 a 5 anos de idade no período diurno, em jornada integral ou parcial, regulados e supervisionados por órgão competente do sistema de ensino e submetidos a controle social (Brasil, 2010, p.12).

Conforme relata Zilma Ramos de Oliveira (2012). Compreendemos, desta forma, que a Educação Infantil é a etapa da Educação Básica destinada a crianças bem pequenas, de zero a cinco anos, oferecida em instituições do sistema de ensino em horários parciais ou integrais, com a supervisão de docentes adequadamente capacitados para atendê-las.

A Educação Infantil, compreendida como aquela etapa da Educação Básica voltada para acolher crianças de zero a cinco anos e que se faz em instituições do sistema de ensino em período parcial ou integral, sob a responsabilidade de professores legalmente habilitados para a tarefa (Oliveira, 2012, p. 10).

Oliveira (2012) afirma que: Até meados do século XIX, não existia em nosso país o atendimento de crianças pequenas longe da mãe em instituições tipo creches, parques infantis ou jardins de infância. Essa situação se modifica um pouco a partir da segunda metade do século XIX, com o aumento da migração de moradores da zona rural para a zona urbana das grandes cidades e com a proclamação da República, fazendo surgir condições para um desenvolvimento cultural e tecnológico no país.

Desta forma, para Oliveira (2012). A Educação Infantil é a primeira etapa da Educação Básica no Brasil, regulamentada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Desde a aprovação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96), que colocou a Educação Infantil como etapa inicial da Educação Básica, houve expansão do número de pré-escolas e de creches, embora insuficiente para atender à demanda, e alguma melhoria do nível de formação de seus docentes, muitas vezes já incluídos em outros níveis de magistério (Oliveira, 2012, p. 30).

As Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Básica: No Brasil, a educação é direito de todos, gratuita, oferecida em estabelecimentos escolares públicos e privados, da Educação Infantil ao Ensino Superior, e dever do Estado. Para sua oferta, diferentes são as competências dos entes federativos, União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Cabe aos Municípios e ao Distrito Federal a atuação prioritariamente na Educação Infantil e no Ensino Fundamental (Brasil, 2009).

As instituições de Educação Infantil devem garantir que as crianças tenham acesso a processos de apropriação, renovação e articulação de diferentes linguagens, bem como garante as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Básica: A proposta pedagógica das instituições de Educação Infantil deve ter como objetivo garantir à criança acesso a processos de apropriação, renovação e articulação de conhecimentos e aprendizagens de diferentes linguagens, assim como o direito à proteção, à saúde, à liberdade, à confiança, ao respeito, à dignidade, à brincadeira, à convivência e à interação com outras crianças (Brasil, 2010, p.18).

Afinal, qual é o papel da Educação Infantil de fato? Para as autoras Fátima Salles e Vitória Faria (2012), na LDB/2009, a Educação Infantil foi definida como a primeira etapa da Educação Básica. Assim, as instituições que se propõem a trabalhar com esse nível educacional, de acordo com as Diretrizes Curriculares

Nacionais para a Educação Infantil/2009, são hoje consideradas instituições educativas de caráter doméstico, que têm o papel social de cuidar de crianças de 0 a 5 anos e de educá-las, de modo intencional (Salles; Faria, 2012, p. 67).

Desta forma, a educação constitui um direito universal, gratuita, provida por instituições escolares públicas e privadas, desde a Educação Infantil até o Ensino Superior, e é obrigação do Estado. Para viabilizar essa oferta, as responsabilidades entre os entes federativos, União, Estados, Distrito Federal e Municípios, são distintas. Compete, de forma prioritária, aos Municípios e ao Distrito Federal atuar na Educação Infantil e no Ensino Fundamental.

A Criança como Sujeito de Direitos

A criança é um indivíduo que, por meio de seu convívio com outras pessoas, vínculos e atividades do seu dia a dia, desenvolve sua identidade tanto individual quanto compartilhada, se diverte, sonha, fantasia, anseia, aprende, observa, experimenta, conta histórias, questiona e confere significados ao ambiente natural e à sociedade, contribuindo para a sua formação cultural.

A Constituição Federal de 1988, em seu Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (Brasil, 1988, p. 246).

Desta forma, a educação para todos é um direito garantido em lei e esta será incentivada, promovida e garantida com apoio da sociedade, com o objetivo de garantir o pleno desenvolvimento do indivíduo, sua capacidade para exercer a cidadania para a vida toda. Como determina a Constituição Federal de 1988.

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (Brasil, 1988, p. 115).

Sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura (Brasil, 2010, p.)

Se quisermos que elas cresçam como cidadãs ativas e participativas, entretanto, precisamos aceitar que mesmo às crianças menores deveria ser dada a oportunidade de expressar suas opiniões e sua parte na tomada de decisões, tão logo elas tenham competência para tanto (Goldschmied e Jackson, 2006, p.24).

Diante do exposto, vimos a importância de que as crianças se desenvolvam como cidadãs engajadas e envolvidas. É fundamental que reconheçamos que até mesmo as crianças, bem pequenas, devem e merecem ter a chance de compartilhar suas ideias e de participar do processo de decisão para um desenvolvimento mais eficaz.

A revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, aqui apresentada, fundamenta-se numa concepção de criança enquanto sujeito sócio-histórico-cultural, cidadão de direitos. Em função das interações entre aspectos da natureza e da cultura, a criança apresenta especificidades em seus processos de desenvolvimento e aprendizagem e singularidades, a saber: a criança cria cultura, brinca; a criança dá sentido ao mundo, produz história; a criança recria a ordem das coisas, estabelecendo uma relação crítica com a tradição; a criança tem uma condição social e econômica (Brasil, 2009, p. 15).

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil determinam que: O atendimento em creches e pré-escolas, como direito social das crianças, se afirma na Constituição de 1988, com o reconhecimento da Educação Infantil como dever do Estado com a Educação. O processo que resultou nessa conquista teve ampla participação dos movimentos comunitários, movimentos de mulheres, movimentos de trabalhadores, movimentos de redemocratização do país, além, evidentemente, das lutas dos próprios profissionais da educação (Brasil, 2010, p. 7).

Para que esse direito se traduza realmente em melhores oportunidades educacionais para todos e em apoio significativo às famílias com crianças até seis anos de idade, é preciso que as creches e as pré-escolas, que agora fazem parte integrante dos sistemas educacionais, garantam um atendimento de boa qualidade (Brasil, 2009, p. 11).

Desta forma, entendemos que, para que esse direito gere, de fato, melhores oportunidades educacionais para todos e suporte relevante para as famílias com crianças até seis anos, é imprescindível que as creches e pré-escolas, agora incorporadas aos sistemas educacionais, garantam um atendimento de excelência para todas as crianças.

METODOLOGIA

O estudo foi realizado, baseado em observação, no Centro Municipal de Ensino Jesu Pimenta de Sousa, uma instituição pública, situada no Bairro Jardim Tarumã em Tangará da Serra, MT. A análise foi feita nas turmas de maternas 2, com crianças entre 1, 2 e 3 anos de idade. A observação foi realizada no período compreendido no início do ano letivo de 2026, durante 3 meses, período este de adaptação da criança na instituição, com crianças bem pequenas. A instituição atende diversas etapas de ensino da Educação Infantil, do maternal à pré-escola, totalizando 18 turmas ao todo, com um número de 394 alunos matriculados.

Conforme José Pereira Filho, através da observação, se conhece a realidade como de fato ela é, extrapolando os limites de uma percepção de senso comum, de uma percepção da aparência, para entrar no âmago do objeto observado, buscando dar conta de perceber os elementos internos que extrapolam os limites da aparência. (Pereira Filho, 2013, p.44).

As turmas de Maternal 2 aqui observadas são compostas por 20 crianças matriculadas em cada turma e período, ou seja, Maternal 2/A, 20 alunos, período

matutino e Maternal 2/B, 20 alunos, período vespertino. As turmas, podem contar com uma equipe, em sala, compostos por 2 professoras, dividido em horas/aulas, uma com 30 horas em sala o que compreende 20 horas em uma turma e a outras 10 horas em outra turma, 1 professora que atende 10 horas/aula em outra turma, 1 Técnica da Apoio Infantil, 40 horas, que atende as duas turmas e 1 AEE, 30 horas que é de exclusividade de uma criança especial com TEA (Transtorno do espectro autista).

Quanto à abordagem da pesquisa, classificamo-la como uma pesquisa qualitativa, descritiva e explicativa, já que o foco está na compreensão de processos sociais, subjetividades e sentimentos da criança, da família e da equipe. Segundo Pereira Filho (2013), a observação é o contato direto do pesquisador com o objeto de pesquisa, sendo utilizada principalmente nas pesquisas de natureza qualitativa, que se utilizam das metodologias descritivas e explicativas.

Contudo, para a realização deste estudo, procedeu-se a leituras de obras que abordam a adaptação e o acolhimento de crianças pequenas e as dificuldades enfrentadas pelos profissionais no início do ano letivo na escola. Também foi realizada uma leitura reflexiva dos textos escolhidos, com o propósito de verificar quais se encaixavam com os objetivos e com o método adotado nesta revisão. Por fim, efetuou-se uma leitura interpretativa das fontes a qual possibilitou a elaboração das categorias temáticas que organizam os resultados deste estudo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A adaptação na creche é um processo gradual que exige paciência, constância e alinhamento entre a família e a escola. Para tanto, uma boa adaptação e um acolhimento sensível na creche dependem de um plano estruturado que respeite o tempo de cada criança e construa confiança com a família. Quanto a isso, aqui estão as estratégias mais eficazes divididas por etapas para garantir uma transição mais tranquila:

Desta forma, os resultados foram organizados em algumas partes: Reflexos de sentimentos: da criança, da família e da equipe escolar no processo de adaptação; Comunicação entre escola e família como ferramenta de uma boa adaptação; O choro durante a adaptação escolar: uma forma de comunicação; A importância do acolhimento durante a adaptação de criança bem pequena, na educação infantil.

Reflexos de Sentimentos da Criança, Família e Equipe Escolar no Processo de Adaptação

O processo de adaptação escolar é um momento de transição complexo que reverbera de formas diferentes em todos os envolvidos. Cada um, seja a criança, os pais e o responsável, bem como os professores, vivencia esse período com intensidades e sentimentos distintos. Todos manifestamos insegurança diante do desconhecido. Para isso, Ortiz e Carvalho (2013) destacam que é importante destacar que a entrada de cada nova criança na estrutura da instituição gera

alterações naturais e essenciais em sua rotina, envolvendo diversas pessoas, como a criança, seus familiares, os educadores e os outros funcionários da escola.

Percebemos, durante nossa observação, em nosso Centro de Ensino, que os alunos, ao adentrarem o espaço da escola, chegam com muito medo e temem ficar ali no espaço da escola sem a companhia dos pais. Isso se dá por diversos fatores, como: muita insegurança, pelo medo do desconhecido e pela perda temporária da rotina familiar protetora, e o desejo de voltar pra casa, e é nítido em cada rostinho. Isso acarreta muitas tensões, manifestando também muitos choros, recusa para se alimentar, alteração no sono e muitas vezes também ficam muito agressivos, com birras e até mesmo entram em conflitos com os coleguinhas.

Para nós, educadores, a sobrecarga emocional é bastante tensa nesse período, pois receber várias crianças ao mesmo tempo e acolher o choro simultâneo de várias crianças e a ansiedade dos pais exigem alto controle emocional. Ainda a equipe precisa construir ativamente um vínculo de apego seguro com a criança em tempo recorde, para só assim acalmar a criança e para que ela possa ficar bem no espaço escolar. Bem como nós, a equipe atua também como ponte de mediação, traduzindo as reações da criança para acalmar a família, que, na maioria das vezes, sofre muito por deixar seus filhos com pessoas até então desconhecidas.

Ortiz e Carvalho (2013), enfatizam que, o novo, mesmo quando desejado e esperado, sempre causa estranhamento, surpresas, receios. E isso não acontece apenas quando somos bebês, mas por toda a vida encontraremos situações com as quais vamos precisar de um tempo de acomodação ou de experimentar algumas mudanças em nós mesmos.

Um dos fatores importantes que devem ser pontuados, neste estudo, é a segurança que a família deve passar para a criança, pois observamos, corriqueiramente, que se a família demonstra insegurança na hora da despedida, a criança absorve o medo, a angústia dos pais; isso tudo é percebido pela criança e, com isso, tende a chorar mais e, conseqüentemente, mais sofrimento para ela.

A equipe escolar, precisamente o professor e os auxiliares, tem um papel crucial nesse momento, acalmando os pais, pois, quando a equipe escolar demonstra calma, amor, comprometimento e competência, a família fica mais tranqüila, facilitando a entrega da criança.

Comunicação entre Escola-Família como Ferramenta de uma Boa Adaptação

Notamos que uma boa comunicação, tampouco transparente, entre escola e família sobre a rotina da criança, ou seja, o alinhamento diário entre a rotina de casa e a da escola reduz drasticamente o tempo de adaptação.

A ideia de que educar e cuidar estão interligados tem ganhado força na Educação Infantil, reconhecendo que o cuidado é parte essencial do processo educativo com crianças bem pequenas. Nesse cenário, as creches e pré-escolas buscam ampliar o repertório de experiências, conhecimentos e habilidades das

crianças ao acolher as vivências e os saberes construídos no ambiente familiar, escolar e na comunidade. É daí que o apoio familiar se torna muito relevante no desenvolvimento da criança nos centros de ensino.

Nesse contexto, Nunes (2024). A família desempenha um papel essencial como principal suporte emocional da criança. Diante disso, torna-se evidente que a participação ativa das famílias é fundamental para o sucesso na adaptação escolar dos pequenos. É necessário que as famílias colaborem de forma integrada com a escola e os educadores no preparo das crianças para as novas experiências sociais. Nesse contexto, o diálogo prévio em casa e a manutenção de uma comunicação constante com a escola são elementos cruciais para facilitar o processo de adaptação das crianças na educação infantil.

A Base Nacional Comum Curricular, 2017, traz em seu documento. Nas últimas décadas, vem se consolidando, na Educação Infantil, a concepção que vincula educar e cuidar, entendendo o cuidado como algo indissociável do processo educativo. Nesse contexto, as creches e pré-escolas, ao acolher as vivências e os conhecimentos construídos pelas crianças no ambiente da família e no contexto de sua comunidade, e articulá-los em suas propostas pedagógicas, têm o objetivo de ampliar o universo de experiências, conhecimentos e habilidades dessas crianças, diversificando e consolidando novas aprendizagens, atuando de maneira complementar à educação familiar – especialmente quando se trata da educação dos bebês e das crianças bem pequenas, que envolve aprendizagens muito próximas aos dois contextos (familiar e escolar), como a socialização, a autonomia e a comunicação (Brasil, 2017, p. 38).

Ortiz e Carvalho (2013) argumentam que é fundamental ressaltar que a inserção das crianças nas instituições escolares tem ocasionado mudanças naturais e indispensáveis em sua rotina diária, impactando vários envolvidos, como as próprias crianças, suas famílias e a equipe escolar. Nesse sentido, as autoras afirmam que a entrada de cada nova criança na dinâmica da instituição gera transformações naturais e necessárias no funcionamento cotidiano, englobando diferentes atores, como a criança, a família, os educadores e os demais funcionários da creche.

O Choro Durante a Adaptação Escolar: Uma Forma de Comunicação

O choro durante a transição escolar é uma expressão realista de comunicação, saudade e incerteza em relação ao novo que a criança encontra ao chegar à creche. Expressando uma insatisfação com a ausência das figuras de apego. Ele indica a ruptura de uma rotina familiar e o receio de uma separação temporária das figuras de apego, constituindo um comportamento comum no começo do processo de adaptação.

Observamos que esse choro, durante a adaptação escolar, é a principal forma de comunicação do bebê para expressar a quebra de sua rotina e a separação temporária dos pais. Este processo, embora doloroso e desafiador para a família e para a escola, é uma etapa natural do desenvolvimento socioemocional da criança.

Esse choro foi observado como ajudando a aliviar um pouco da tensão emocional acumulada no novo ambiente e, com o passar do tempo e com a confiança na equipe, tende a passar.

A Base Nacional Comum Curricular de 2017 diz: Como primeira etapa da Educação Básica, a Educação Infantil é o início e o fundamento do processo educacional. A entrada na creche ou na pré-escola significa, na maioria das vezes, a primeira separação das crianças dos seus vínculos afetivos familiares para se incorporarem a uma situação de socialização estruturada.

Para Ortiz e Oliveira (2013), é natural que, ao se deparar com o novo, a criança busque conforto no que já conhece e faz parte do seu universo. Por conta do apego e das lágrimas na hora da despedida, fica evidente que a relação com a mãe e com a família é sua maior fonte de conforto.

Alguns fatores foram observados durante a adaptação que carecem de ser pontuados, tais como: a criança pequena tem muito medo do abandono e ainda não domina totalmente a noção de tempo e teme que os pais não voltem a buscá-la. Também há uma quebra de rotina, pois sair do ambiente previsível do lar gera desconforto emocional. Outro fator é o barulho excessivo à sua volta barulhos, rotinas e pessoas desconhecidas geram sobrecarga sensorial. Desta forma, o choro é a principal ferramenta verbal da criança para expressar insegurança. Neste momento, faz-se importante o acolhimento por parte do educador, que deve validar o choro, oferecendo contato físico, carinho, conversas positivas, para que a mamãe já venha buscá-lo e colo.

Portanto, entendemos que o choro, durante a adaptação escolar, é uma reação normal à separação temporária dos pais e à mudança na rotina, demonstrando que a mesma possui uma ligação segura e amorosa com os pais, bem como revelando um receio ao desconhecido, isto é, uma expressão de ansiedade em relação ao desconhecido, e não necessariamente de um sofrimento constante.

A Importância do Acolhimento Durante a Adaptação de Criança Bem Pequena, na Educação Infantil

O acolhimento na educação infantil é de suma importância e é a base para construir uma relação saudável e sólida entre a criança, os familiares e a escola. Mais do que um período de transição, ele representa uma postura pedagógica permanente de respeito e afeto.

Desta forma, Ortiz e Carvalho (2013, p. 45) dizem que o processo de inserção de crianças pequenas no âmbito institucional, comumente chamado de processo de adaptação, requer cuidado específico. No trabalho em creches, entende-se por cuidado com a adaptação a tentativa de amenizar os impactos e as dificuldades inerentes ao enfrentamento de situações novas, como a entrada de crianças em outra instituição, mudanças no funcionamento cotidiano etc.

A afetividade, segundo Wallon (2007 *apud* Rocha *et al.*, 2026), é a base da construção das relações sociais e do desenvolvimento cognitivo, sendo essencial

para que a criança se sinta segura e confiante em um novo ambiente. A presença de educadores sensíveis, que acolham as emoções da criança e estabeleçam vínculos afetivos consistentes, contribui significativamente para a redução da ansiedade e do medo durante o processo de adaptação.

A transição para a creche é uma fase marcante que envolve a angústia da separação, um marco natural do desenvolvimento em que o bebê percebe que ele e a mãe são indivíduos diferentes. Essa etapa pode gerar ansiedade e choro, mas o acolhimento adequado e uma rotina planejada tornam esse processo saudável tanto para a mãe quanto para a criança.

Quando falamos em momento de separação, não estamos querendo localizar um momento único, determinado e estanque, como se a separação ocorresse como um corte abrupto. A separação é composta por uma série de elementos que vão determinando a mudança na rotina da criança que passa a conviver com outras pessoas, que não aquelas — geralmente a mãe — com quem esteve ligada durante a maior parte de sua vida (Ortiz e Carvalho, 2013, p. 47).

Diante do acolhimento de crianças bem pequenas no ambiente escolar, a família deve agir como um porto seguro emocional, transmitindo confiança na instituição, mantendo uma comunicação transparente com os educadores e respeitando o tempo gradual de transição da criança. A postura dos pais e responsáveis impacta diretamente a forma como o bebê ou a criança pequena interpretará esse novo espaço e ambiente.

O período de adaptação e o acolhimento, segundo as autoras, são os períodos considerados necessários para que a criança se familiarize com o contexto da creche, assim como a família e a instituição passem a se conhecer, vindo a estabelecer um bom relacionamento. Essa preocupação parte do princípio básico de que a criança precisa ser cuidada, rodeada de afeto, respeitada em suas diversas necessidades e que a separação mãe-bebê pode gerar sofrimentos e dificuldades no estabelecimento de novas relações (Ortiz e Carvalho, 2013, p. 45).

Ao depararmos com o novo, em nossas vidas, as surpresas e preocupações, bem como a ansiedade, apesar de querermos enfrentar isso, sempre causam estranhamento. E isso não se restringe apenas à infância; ao longo de nossa existência, nos deparamos com situações que demandam um período de adaptação ou a vivência de transformações em nossa essência.

Outro fator interessante de pontuar é que cada criança vive esse momento de adaptação de maneira diferente das outras. Uma encara de maneira assustadora, já outra encara de maneira feliz. Cada um tem um modo de enfrentar a novidade, de reagir. Enquanto alguns bebês grudam na mãe, assustados com o ambiente, outros se “atiram” à novidade do espaço e das pessoas. Porém, a criança que se “atirou” no espaço desde o primeiro momento pode vir a estranhar, depois que a novidade acabar, e aí não querer mais largar a mãe, ainda que tenha gostado do lugar (Ortiz e Carvalho, 2013, p. 47).

Segundo Ortiz e Carvalho (2013). O período de adaptação de bebês na escola, quando feito de forma gradativa, transforma o que seria um momento de

estresse em um espaço rico de criatividade e descoberta para a criança, para a família e para os educadores. Em vez de focar apenas na separação, esse tempo bem cuidado passa a ser visto como o início de uma nova jornada de aprendizagem.

Para Ortiz e Carvalho (2013), o período de conhecer o novo, quando conduzido de maneira progressiva e atenta, pode se tornar um momento de criatividade e descobertas, em vez de ser marcado apenas por medos, traumas e desafios. Separar-se, especialmente no contexto do vínculo entre mãe e bebê, é uma etapa essencial. É uma oportunidade de crescimento, de ativar os próprios recursos psíquicos e de se ajustar ao mundo ao redor. Trata-se de um caminho em direção à estruturação da sua própria liberdade.

Cada criança possui uma identidade única, moldada por seu histórico familiar, ritmo de desenvolvimento e estado emocional. Conforme relatam as autoras, isso significa que não existe um modo único de reagir, sendo necessário que o professor conheça a criança e esteja preparado para situações sempre novas e até inusitadas. Cada criança é um universo a ser compreendido em todas as suas dimensões (Ortiz e Carvalho, 2013, p. 47).

Chorar na adaptação escolar é normal e faz parte do processo de crescimento. Em vez de pedir para a criança parar de chorar, valide o sentimento dela. Explicar um dia antes sobre a ida à escola e fazer despedidas breves, transmitindo firmeza no momento de separação na porta, bem como, outro fator importantíssimo, é pontualidade ao buscar a criança, construindo assim, segurança e confiança para a criança.

Esse momento de sentimentos angustiantes vai passar com o tempo, tendo em vista que a presença do professor ou do auxiliar, que estará com ele ali na sala, ou seja, a figura de apego traz segurança emocional e, desta forma, a criança usa essa base firme para explorar, aos poucos, o novo ambiente sem medo. Para Ortiz e Carvalho (2013). A criança só aceita o novo e o considera como seu quando experimenta e percebe que pode ser bom, prazeroso, interessante e atraente. Apenas com o tempo e essas experiências positivas, o bebê será capaz de se afastar da mãe, despedir-se, interessar-se por novidades, deixar o que é familiar e seguro para se aventurar em novos aprendizados.

Para se ter um bom acolhimento, durante a adaptação, algumas estratégias podem facilitar essa transição, como a criança precisar conquistar seu espaço, mas antes precisa ser conquistada por ela, conquistada por essas novas pessoas e interessar-se pelas novas situações. Uma maneira bem aceitável foi o tempo de permanência na creche, combinado com os pais, de forma gradativa, dia a dia, ou seja, a criança chega no horário de início da aula e vai embora mais cedo; esse horário vai mudando em 1 hora a mais a cada dia, no período de adaptação. Outra maneira foi conversar com a família para que haja despedidas breves e passar segurança ao sair, sem prolongar o choro ou sumir escondido.

Na maioria das vezes, a criança traz de casa o que chamamos de objeto de transição, que pode ser um brinquedo ou paninho de apego de casa, a chupeta ou até mesmo um pertence da mãe. Isso também foi combinado e permitido, entre família e escola, durante a acolhida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer deste estudo, discutimos a adaptação de crianças bem pequenas no espaço escolar e a importância de um bom acolhimento das mesmas, tendo como objetivo examinar as principais perspectivas e dificuldades associadas à adaptação de crianças bem pequenas na Educação Infantil. Através de uma revisão bibliográfica, foi possível atingir o objetivo proposto, oferecendo uma visão abrangente e crítica dos fatores emocionais, sociais e pedagógicos que afetam o processo de adaptação e acolhimento, bem como das diversas perspectivas e práticas que orientam o trabalho docente.

Em suma, a adaptação de crianças pequenas à escola não se resume apenas a ir a um novo espaço, mas sim trata-se de uma transição social e emocional bem complexa para as crianças bem pequenas, para a família e também para professoras e auxiliares. A eficácia desse período depende internamente de alguns fatores tais como uma recepção atenta do educador, uma colaboração clara com a família e um ambiente que respeite o ritmo individual de cada bebê. Assim, é possível concluir que, quando a escola prioriza e valoriza o bem-estar emocional e a continuidade dos cuidados, a adaptação deixa de ser um momento de ruptura e se torna uma oportunidade importante para fortalecer as relações e promover o desenvolvimento integral da criança.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, compilado até a Emenda Constitucional nº 116/2022**. – Brasília, DF: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/acesso-a-informacao/governanca/governanca-do-setor-de-defesa/legislacao-basica-1/arquivos/2022/constituicao-da-republica-federativa-do-brasil.pdf/view>. Acesso em: 03 de mai. 2026.

BRASIL, Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Básica**. Indicadores da Qualidade na Educação Infantil- Brasília: MEC/SEB, 2009.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). **Educação é a base**. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017. Disponível em: https://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 3 de mar. 2026.

BRASIL, Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Básica**. LDB, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96. {Brasília}. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/642419/LDB_7ed.pdf. Acesso em: 16 de abr. 2026.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Brasília, DF: Senado Federal, 2023.

BRASIL Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Básica**. Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil / Secretaria de Educação Básica. – Brasília: MEC, SEB, 2010. Disponível em: https://portal.mec.gov.br/dmdocuments/diretrizescurriculares_2012.pdf. Acesso em: 10 de abr. 2026.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA): Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Brasília, DF: Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 2021. 240 p.

GOLDSCHMIED, E.; JACKSON, S. **Educação de 0 a 3 anos: O atendimento em creche**. Tradução: Marlon Xavier - 2ª ed.- Porto Alegre: Grupo A, 2006.

OLIVEIRA, Z. R. (org.). **O trabalho do professor na Educação Infantil**. São Paulo: Biruta, 2012. Várias autoras.

NUNES, T. T. S. **A Família no processo de ensino e aprendizagem da criança nos ambientes escolar e familiar.2024**. 43f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) -Universidade Estadual de Goiás, Unidade Universitária Anápolis de Ciências Socioeconômicas, Anápolis, GO, 2024. Disponível em: 2025 <https://repositorio.ueg.br/jspui/handle/riueg/6610>. Acesso em: 10 de mai. 2026.

ORTIZ, C. CARVALHO, M. T. **Interações: ser professor de bebês: cuidar, educar e brincar: uma única ação**. São Paulo: Blücher, 2012.

PEREIRA FILHO, J. **Metodologia do Trabalho Científico: da Teoria à Prática-Tangará da Serra: Gráfica e Editora Sanches Ltda.**, 2013.

ROCHA, L. SANTOS FILHO, J. A. PAIVA, F. C. F. FARIASA, F. B. P. OLIVEIRA, M. G. P. AMORIM, D. G. B. **Adaptação de crianças bem pequenas na educação infantil: Perspectivas e desafios do pedagogo**. Cientia Generalis, Faculdade de Educação da Ibiapaba –FAEDI, Ipu, Ceará, Brasil. 2675-2999v. 7, n. 1, p. 46-58. 2026.Artigo recebido em 13/01/2026 e aprovado para publicação em 23/01/2026.Revisão DOI: 10.22289/sg. V7N1A5aa. Disponível em:<https://www.scientiageneralis.com.br/index.php/SG/article/view/805/620>. Acesso em 2 de mai. 2026.

SALLES, F. FARIA, V. **Currículo na Educação Infantil: Diálogo com os demais elementos da proposta pedagógica-2 ed. [rev. E ampl. -São Paulo: 2012.**